

Simonsen: Congresso deve definir orçamento

« O País precisa ter um orçamento unificado, aprovado pelo Congresso, que apontará as fontes e o uso dos recursos públicos, a fim de que o Governo não possa gastar além do que tiver sido autorizado ». A proposta foi feita, ontem, em Brasília pelo ex-ministro da Fazenda e do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, falando perante a comissão do PDS encerragada de elaborar a política econômico-financeira do partido.

Simonsen propôs ainda a revogação da Lei Complementar nº 12, que permite que o Banco Central emita títulos públicos por conta do Tesouro para efeitos de controle monetário, e a proibição aos adiantamentos de despesa à conta do Tesouro Nacional por parte do Banco Central e do Banco do Brasil. Defendeu também o congelamento, em termos nominais, do saldo da conta de movimento do Banco do Brasil junto ao Banco Central e que o Banco Central seja proibido de repassar redescontos a taxas inferiores ao rendimento dos títulos públicos federais.

Ele defendeu a aprovação do Decreto-lei 2.045, afirmando que « nenhuma lei de reajuste nominal de salários dá garantia de manutenção do poder de compra do assalariado. A única maneira de defender os salários reais reside num sistema tributário que favoreça os assalariados, na contenção da margem de lucro dos monopólios e da manutenção de uma política monetária e fiscal, capaz de conter a taxa de juros. O Decreto-lei 2.045, no programa de estabilização, não é impopular. Pode vir a ser até medida popular, desde que se inspire num conjunto de providências em que não sejam apenas os assalariados, convocados a oferecer seu sacrifício para conter a inflação ».

Simonsen disse ainda que « taxas de juros reais de 30 a 40 % ao ano inibem qualquer investimento e a criação de novos empregos, colocando em risco o próprio sistema financeiro ». Ele advertiu, porém, que « tabelar juros nunca foi solução. É saída errada, simploriamente simples. A maneira saudável de baixar os juros reside em cortar os déficits públicos, acabar com os investimentos improdutivos, os subsídios, enfim, aplicar uma política de austeridade ».

Simonsen defendeu uma política fiscal mais austera (mais impostos) que, simultaneamente, aumente a arrecadação e reduza as despesas públicas (menos gastos com as estatais), e sugeriu maior taxação dos ganhos de capital.

Durante a reunião, a última da comissão, falara ainda o industrial Giordano Romi, que expôs as dificuldades da indústria pesada brasileira e a falta de incentivos cambiais à exportação.